

# Ontem, Brasil não pagou aos credores

por Cláudia Safatle  
de Brasília

A suspensão parcial dos pagamentos de juros e da remessa de lucros, dividendos e repatriação de capitais para o exterior deverá produzir uma elevação, neste mês de julho, de algo próximo a US\$ 1 bilhão nas reservas cambiais brasileiras, que estavam, na última sexta-feira, em torno de US\$ 5,6 bilhões e cuja meta do governo, agora, é elevá-las para um patamar bastante confortável nos próximos meses, algo superior a US\$ 7 bilhões.

(O Brasil transferiu a maior parte de suas reservas para o Banco de Compensações Internacionais — BIS, de Basileia, na Suíça.)

O governo evita a palavra "moratória" para qualificar a centralização do câmbio decretada na sexta-feira última pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, que ontem passou telex para a comunidade financeira internacional explicando as razões das medidas cam-

biais providenciadas pelo governo.

Mas é uma suspensão dos pagamentos ao exterior que só não abrangerá as linhas de curto prazo e as linhas de comércio, e tem como um dos focos principais frear a saída de dólares do País pela acelerada remessa de lucros, dividendos e repatriação de capitais das empresas estrangeiras que operam no Brasil. Para um total de US\$ 1,8 bilhão que saiu do País em todo o ano de 1988 a título dessas remessas, de janeiro a junho últimos foram remetidos US\$ 2 bilhões, o suficiente para a equipe econômica do governo trabalhar com a tendência de não liberar mais essas saídas de divisas ao longo deste ano.

"O que as empresas tinham que remeter já o fizeram e, em muitos casos, esses recursos voltaram pelo mercado de câmbio paralelo", disse a este jornal uma fonte qualificada do governo, assinalando que ontem mesmo as remessas de lucros e dividendos foram suspensas, assim como os demais pagamentos ao exterior. A informação foi confirmada pelo Banco Central (BC).

Trata-se, assim, de uma suspensão dos pagamentos concebida de uma maneira bastante engenhosa: 1) foi uma suspensão preventiva definida com reservas cambiais correspondentes a cerca de três meses e meio de importações, ao contrário da moratória de 1987, decretada quando as reservas tinham caído para o patamar de US\$ 3,4 bilhões; 2) não foi uma suspensão de pagamentos realizada de maneira "confrontacionista", ao contrário, no telex enviado à comunidade financeira internacional o ministro da Fazenda não fala em moratória; 3) e, por fim, traz embutido um aumento de reservas não inflacionário, já que os cruzados correspondentes aos pagamentos serão recolhidos ao Banco Central.

A combinação de taxas de juro nominais elevadas, internamente, com a mididesvalorização cambial de 11,98%, que vigorou a partir de ontem, deverá gerar um movimento de fechamento das operações de câmbio para exportação (ontem foram fechados US\$ 330 milhões, ver maté-

ria abaixo) parecido com o que ocorreu em janeiro, após a edição do Plano Verão, embora em escala menor. Naquela ocasião, as reservas cresceram, em apenas dois dias, US\$ 800 milhões. Agora, espera-se uma recuperação de US\$ 1 bilhão ao longo deste mês. E, com reservas em caixa, os pagamentos de juros aos credores internacionais poderão ser retomados, "seletivamente". A equipe econômica do governo concebeu uma estratégia que deve ser praticada nos próximos meses, podendo "pingar" um pagamento aqui, outro ali, para que não haja uma situação de total inadimplência. Os últimos da lista, em princípio, seriam os bancos privados credores do País.

O que as fontes da área econômica argumentam é que essa suspensão não deverá produzir uma reação de represália dos credores internacionais e não prejudica mais o já difícil acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), já que o governo atendeu às recomendações da instituição com duas importantes medidas: a mididesvalorização cambial e a emissão do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) com cláusula de correção cambial. Espere-se, agora, que os técnicos do FMI retornem a Brasília em agosto, já que este

(Continua na página 20)

## Ontem, Brasil...

por Cláudia Safatle  
de Brasília  
(Continuação da 1ª página)

mês de julho está sendo caracterizado como "um mês de observação".

Se do lado externo a expectativa dos técnicos do governo é de que as medidas cambiais decretadas resultem em efeitos bastante positivos e com uma boa recuperação de reservas internacionais, o mesmo otimismo não pode ser creditado às fontes oficiais no "front" interno. Os efeitos de uma mididesvalorização cambial sobre a inflação certamente serão inferiores aos sofridos quando da maxidesvalorização de 30% implementada pelo governo em 1983, mas existem e não são desprezíveis.

Há uma diferença entre as duas desvalorizações cambiais, numa direção positiva: em 1983 foi uma máxi de 30% para uma inflação próxima de 10% ao mês, ao contrário desta mídi, de 11,98% para uma inflação de 24,83%, e, além disso, a relação Produto Interno Bruto (PIB)-importações era de cerca de 9% em 1983 e hoje é de apenas 6%, com efeitos de custos menores, portanto, para a economia como um todo.

Por outro lado, há uma distinção entre as duas desvalorizações cambiais

também no sentido negativo: em 1983 a economia não era plenamente indexada como hoje, fazendo com que agora qualquer alteração num preço importante, como é o câmbio, tenda a se espalhar por todos os demais preços.

Tecnicamente, não é previsível uma pressão da mididesvalorização cambial sobre os preços de junho, cuja taxa de inflação pode situar-se entre 28 e 30%. Isso porque já se passaram quinze dias de coleta de Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e, entre a mídi e seu repasse aos custos dos produtos finais, estima-se um intervalo de cerca de dez dias. A expectativa se volta, dessa forma, para o IPC de agosto.

Nesse intervalo de tempo, até agosto, é possível que o ministro da Fazenda busque acelerar entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na trilha de um acordo que viabilize o ingresso de pouco mais de US\$ 3,5 bilhões ainda neste ano. Não está descartada a hipótese de Mailson Ferreira da Nóbrega viajar ao exterior para um encontro com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, embora por enquanto não exista nada agendado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

GAZETA MERCANTIL